

Dia 6 de outubro será dedicado à defesa da educação pública

No próximo dia 6 de outubro a Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública chega a Brasília. Organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) a Marcha é um movimento nacional que conclama toda a sociedade para resgatar a importância de uma das mais decisivas formas de promover dignidade e cidadania: a educação.

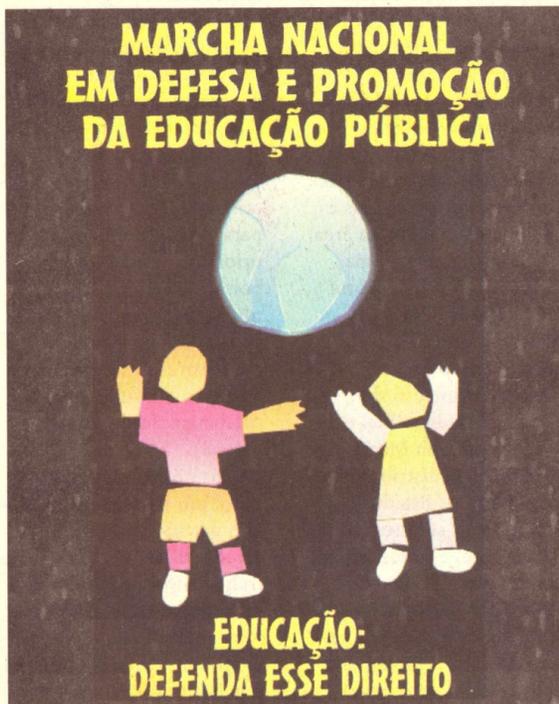
85% dos estudantes brasileiros estão nas escolas públicas. Mas não basta estar matriculado. É preciso muito mais que isso. É necessária uma escola em que crianças, jovens, mulheres e homens de todas as idades participem decisivamente da construção de uma nação com qualidade social, voltada para a inclusão de cada cidadão.

Garantir o respeito aos direitos sociais e constitucionais do povo brasileiro, à moradia, ao transporte, à saúde, ao trabalho, à terra, à segurança, à seguridade

social, à educação, é tarefa de todos nós.

A nossa Marcha, desta vez, se associa à luta pela abertura e preenchimento de vagas na educação pública que eliminem, na sua totalidade, os déficits de matrículas em todos os níveis e modalidades de ensino: educação especial, indígena, de jovens e adultos, desde as creches até a universidade, incluindo a formação profissional e técnica, erradicando o analfabetismo. Isso só é possível com o financiamento estatal, ampliando a aplicação dos recursos do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,7% para 10% na próxima década.

Essas são as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, fruto de uma ampla participação dos setores organizados da sociedade, cujas concepções de ser humano, de sociedade, de democracia, de educação, de escola, de autonomia, gestão, currículo, avaliação, entre



outras, diferenciam-se das governamentais, expressas em sua política educacional.

No dia 6 de outubro, além da manifestação em Brasília, em todos os estados devem ser promovidas atividades conjuntas com os

demaís setores da sociedade, visando enfatizar a importância da marcha educacional, por meio de gincanas escolares, aulas públicas, debates, reuniões, envio de artigos à mídia, atos públicos e mobilizações.

Objetivos da Marcha

- Ampliar os recursos da Educação para 10% do Produto Interno Bruto Nacional (PIB) na próxima década;
- Divulgar as experiências pedagógicas e educacionais mais significativas para assegurar a educação como direito universal;
- Garantir vagas nas escolas públicas para todos, erradicando o analfabetismo;
- Reivindicar emprego para todos os trabalhadores;
- Defender a soberania nacional.

Combate à corrupção eleitoral é aprovado na Câmara

A Câmara dos Deputados aprovou na última terça-feira, 21 de setembro, por unanimidade, - após acordo entre os líderes partidários - um projeto de lei de iniciativa popular de combate à corrupção eleitoral.

O projeto que tramitava em regime de urgência teve o apoio de mais de um milhão de assinaturas de eleitores coletadas em todo o país. A iniciativa é da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A votação simbólica foi realizada sob aplausos dos deputados presentes, com quorum elevado para uma terça-feira, de 398 parlamentares.

Fica determinada punição ao candidato que "comprar" votos nas eleições, com pena de

cassação de registro e multa de R\$ 977 até R\$ 48,8 mil, em valores de hoje da Unidade Fiscal de Referência.

O projeto seguiu para o Senado e, sendo sancionado, será o primeiro projeto de iniciativa popular a ser transformado em lei desde que a Constituição de 1988 abriu essa possibilidade.

O texto já foi lido no Senado, que pode aprová-lo ainda esta semana. Assim haveria tempo para a promulgação até 3 de outubro, única maneira de garantir que as novas regras sejam válidas para as eleições municipais do próximo ano. A medida permitirá que o juiz eleitoral casse em até 15 dias o registro do candidato corrupto.

(Leia mais na página 6)

Marcha Popular pelo Brasil está em Goiás e já percorreu 1.100 km

Foto: Jorge Mariano

Depois de passar pelos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, a Marcha Popular pelo Brasil chegou no dia 20 de setembro a Goiás. Os participantes da Marcha estão alojados no ginásio de esportes no município de Catalão.

A mobilização desperta o interesse da população e as pessoas param suas atividades para assistir a passagem da Marcha. Muitas demonstraram carinho e solidariedade à Marcha Popular pelo Brasil. Fazem doações de alimentos, roupas e remédios.

Mais de mil militantes que saíram em 26 de julho do Rio de Janeiro já percorreram aproximadamente 1.100 km dos 1.480 previstos até a chegada a Brasília, em 7 de outubro. Caminham, em média, de 20 a 30 quilômetros por dia. Nesse período, a

Marcha Popular pelo Brasil já passou por dezenas de povoados e municípios, debatendo com a população a gravidade do momento histórico e sobre o Projeto Popular para o Brasil, que tem como prioridade oferecer uma vida digna a todos os brasileiros. Os manifestantes alertam ainda para as reais causas da grave crise sócio-econômica e estimulam a população e as entidades a lutarem para derrubar o projeto neoliberal do governo FHC.

A Marcha Popular pelo Brasil é coordenada por entidades como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Central de Movimentos Populares (CMP), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Movimento de Pequenos



Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Pastorais Sociais da CNBB.

Contribuições podem ser feitas pela conta corrente nº 2601-8, agência 2716-2 do Bradesco.

EM MAIS

Milton Temer é candidato à presidência do PT

Demarcação de terras indígenas e o problema da seca em debate

Iara Bernardi fala sobre o combate ao crime eleitoral

página 2

página 5

página 6



DILI

Caminhamos na mata, arrastamo-nos na história
Fica a liberdade efêmera sempre na memória
Com suavidade aprendemos a arte de matar
Há muito que não recebemos a bênção no altar
A nossa nação luta numa moderna cruzada
Cada passo é numa terra de sangue ensopada
Sete espingardas, sete homens, sete dramas
Timor, a ambígua Java envolveu-te em chamas
O lamento do muezin o céu de Dili profana
Mas da Sumatra a Irian Jaya a Indonésia cairá
A vontade de resistir vem-nos de Xanana
As mulheres de Baucau voltarão a cantar
Também nas nossas aldeias os sinos tocarão
Vem aí a hora em que nos iremos libertar!

M. Daedalus

(Dili é capital do Timor Leste)

Solidariedade

O PTnotícias retrata nesta edição a história da luta pela independência do Timor Leste. páginas 3 e 4

RECADADO

Marcha Nacional em Defesa da Educação



Jorge Mariano

manifestação na capital federal foi organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e suas 29 entidades estaduais.

Se hoje 85% dos estudantes brasileiros estão matriculados nas escolas públicas foi graças à luta pela educação pública no Brasil, que vem de longa data e já resistiu à ditadura militar e aos governos Sarney e Collor.

Mas nosso país aplica apenas 3,7% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em educação, quando organismos como a Unesco recomendam um percentual mínimo de 7% onde não existam déficits acumulados, o que não é o nosso caso. Temos 33 milhões de analfabetos funcionais e 70 milhões de brasileiros com primeiro grau incompleto.

Todos sabemos que a educação é a ferramenta básica da cidadania e que, sem o acesso à escola pública, milhões de jovens são obrigados a pagarem seus estudos ou a permanecerem fora da escola e do mercado de trabalho. A democracia

brasileira estará incompleta até o dia em que acabarmos com o analfabetismo e com o déficit de matrículas em todos os níveis e modalidades de ensino.

Sem pesquisa científica e tecnológica não haverá desenvolvimento econômico e social. Mas, nos últimos dez anos, o Brasil tem assistido um verdadeiro desmonte das universidades públicas e de nosso acúmulo na área de ciência e tecnologia.

O governo FHC corta recursos da educação, impõe o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), redistribuindo recursos dos Estados e municípios sem respeitar a Federação, e implementa um Plano Nacional de Educação - dentro do modelo do Banco Mundial - autoritário, privatista e rebaixado, apenas para a formação de mão-de-obra barata para o mercado de trabalho.

A Marcha pela Educação defende o Plano Nacional de Educação da Sociedade

Brasileira e que na próxima década 10% do nosso Produto Interno Bruto (PIB) sejam investidos em educação; e apóia a luta em defesa da terra, trabalho e cidadania.

Nosso Partido, que tem na educação uma bandeira de luta, demonstra em seus governos e no parlamento porque é chamado de "partido da educação", quando, mesmo durante a crise e perdendo recursos para o governo federal, prioriza a educação, a bolsa-escola e a renda mínima; democratiza a gestão, valoriza os professores e trabalhadores e lança o Movimento de Alfabetização de Adultos (Mova).

Mas nós somos, antes de tudo, um partido de luta. Um partido da luta estudantil, dos professores e trabalhadores da educação, da defesa de nossa ciência e tecnologia, da luta social e da mobilização - da Marcha dos 100 mil. Portanto, no dia 6 de outubro estaremos em Brasília em defesa da educação pública brasileira.

José Dirceu é presidente nacional do PT e deputado federal

Partindo de todos os Estados, milhares de trabalhadores e trabalhadoras da educação de todo o Brasil, sindicalistas, líderes populares e representantes dos mais diversos segmentos sociais, estarão em Brasília no próximo dia 6 de outubro para, uma vez mais, ecoar no Planalto Central a exigência de todo o povo brasileiro por uma educação pública capaz de promover a construção de uma sociedade justa e igualitária no nosso país.

Esta Marcha tem o apoio do nosso Partido e do Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho, Cidadania e Soberania e faz parte do calendário de mobilização e de oposição ao governo FHC. A

CIDADANIA

Em defesa da escola pública

No dia 6 de outubro, educadores de todo o Brasil chegam em Brasília, ponto de confluência das diversas marchas e manifestações ocorridas já em todos os Estados em defesa da escola pública. É a Marcha pela Educação.

"A marcha é um movimento nacional que conchama toda a sociedade a resgatar a importância da mais decisiva forma de promover dignidade e cidadania: a Educação". Essa frase, cunhada no processo de sua organização, traz em si duas mensagens importantes.

A primeira é de que ela não é um ato que se esgote em si mesmo. É parte de um processo - um movimento nacional - cujo início não é o dia 6 de outubro. Começa bem antes. Nas lutas de todos, profissionais da educação, pais e alunos pela melhoria da escola pública. Prolonga-se na constituição do Fórum em Defesa da Educação no processo constituinte, em 1986. Continua na luta por uma Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que garantisse os direitos de toda a população a uma escola pública democrática, de qualidade, expressa-se ainda na realização dos diversos Congressos Nacionais de Educação (Coneds), dos quais

resultaram o Plano Nacional de Educação da sociedade civil. A Marcha, então, é um momento desse processo.

A segunda mensagem da frase diz respeito à importância da educação para promover dignidade e cidadania. A educação é direito fundante, direito primeiro. É por meio dela que se constituem outros direitos e, para ficarmos no mais elementar, no âmbito individual, o direito ao trabalho, daí o direito ao salário e à vida. Cidadania e Dignidade. Com maiúsculas mesmo, para não confundir cidadania com capacidade de consumo. Mas a educação é direito fundante da Nação (também com maiúscula para não confundir com a soma dos interesses particulares dos indivíduos). A existência da nação implica necessariamente a construção da soberania. O soberano em uma nação democrática é o povo que deve decidir sobre como utilizar em seu proveito os recursos de seu território. Não há soberania nacional sem pesquisa, sem ciência, sem produção de conhecimento sobre seus recursos naturais e humanos. E não há ciência sem educação básica.

Porque uma Marcha pela Educação? Tratar-se-

ia de apenas mais um ato de protesto para preencher a agenda entre a Marcha dos Cem Mil e a dos Sem Terra? Afinal, dizem o MEC e a maioria da Secretarias Estaduais da Educação (e a mídia faz eco do que dizem) que a educação nunca esteve tão bem em nosso país, que a evasão e a repetência estão diminuindo, que o número de matrículas de crianças, adolescentes e jovens vem aumentando, que o ENEM melhorou a escola média, que há parâmetros curriculares, farta distribuição de material didático etc, etc... Dizem. Há os que crêem, mas, para os que vivem o cotidiano escolar, os fatos desmentem os ditos. Suas vozes não encontram eco na mídia. E são esses fatos que a Marcha quer e vai tornar públicos.

E esse é o sentido da Marcha. Contrapor-se, sim, à política educacional do governo FHC, cujas diretrizes vindas do Banco Mundial visam à redução dos gastos com a educação, focalizando-os no ensino fundamental (é esse o sentido da lei 9.424/96 que cria o Fundef), em detrimento da educação infantil, de jovens e adultos, do ensino médio e do ensino superior, da pesquisa e da construção do conhecimento. É essa

diretriz que reduz o investimento no ensino presencial, substituindo-o pelas tele-salas. São elas também que reduzem a educação ao resultado de desempenho dos alunos, numa avaliação uniformizada e uniformizadora quando a educação é processo de construção de conhecimento diversificado, a partir de interação com o meio diverso e heterogêneo.

Mas a Marcha não leva só críticas. Leva propostas: a implementação do Plano Nacional de Educação da sociedade civil, que reafirma uma concepção de educação cidadã. A meta de aplicarmos 10% do PIB nessa área como forma de se garantir educação pública de qualidade e, assim, um projeto educacional que resgate a enorme dívida social e que se proponha a construir um projeto de desenvolvimento (que não é mero crescimento econômico) autônomo, ou seja, uma nação soberana.

Por tudo isso, vale a pena participar desse movimento nacional. Vale a pena estar em Brasília no dia 6 de outubro. Vale a pena defender a escola pública.

Maria Lúcia Prandi é deputada estadual (PT/SP)
Rosiver Pavan, mestre em educação, é assessora da bancada do PT na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

PARTIDO

Temer é candidato à presidência do PT

O deputado federal Milton Temer (PT-RJ) lançou oficialmente sua candidatura à presidência nacional do Partido. O ato foi realizado no dia 13 de setembro, na sede nacional do PT, em São Paulo, e contou com as presenças de Júlio Quadros (RS), Ivan Valente (SP), Avenzoar Arruda (PB) - candidatos à presidência dos Diretórios em seus Estados - além de lideranças de movimentos sociais e dirigentes partidários como Plínio de Arruda Sampaio, Joaquim Soriano, Valter Pomar e Sheila Oliveira. Em coletiva à imprensa, Temer disse que o eixo do II Congresso do PT deve ser o rumo estratégico do Partido. "Não queremos o gueto, desligado do movimento real, nem o partido meramente parlamentar, governado por notáveis. Queremos fortalecer o convívio plural, a livre manifestação das diferenças e uma democracia interna capaz de produzir, no entrechoque das idéias, a unidade de ação política do PT", falou.



Milton Temer (à esq.), ao lado de Plínio de Arruda Sampaio e Ivan Valente no dia do lançamento de sua candidatura à presidência do PT

Petistas lançam manifesto

A seguir reproduzimos texto redigido por militantes petistas

"PT urgente - Milton Temer Presidente"

O passado, o presente e o futuro do PT estão em debate no II Congresso. A identidade petista está posta em questão nestas três dimensões que se articulam num mesmo desafio decisivo. Resgatar o passado de lutas, reafirmando a trajetória histórica da principal ferramenta política das classes trabalhadoras brasileira. Refazer o presente, espanando a acomodação e o arrivismo oportunista dos que querem transformar o partido numa mera legenda eleitoral. Construir o futuro, transportando para o próximo milênio as virtudes que forjaram e redefiniram, permanente e dialeticamente, o nosso perfil estratégico.

Um partido socialista. Expressão da autonomia e organização dos trabalhadores que, disputando a hegemonia na sociedade, lutam para construir uma nova ordem social justa. Um projeto socialista que, diante da barbárie produzida pela onda neoliberal, mais do que nunca está na ordem do dia.

Um partido radical, marcado pela nitidez e a firmeza programática. Que não foge à luta nem hesita ao travar o bom combate. Fiel à sua base social, sempre moeu no áspero e enfrentou as conjunturas mais difíceis. Diante da crise do modelo neoliberal e da falência do governo FHC, não cabem vacilações. O partido não pode ficar no "morde e assopra", nem à reboque dos acontecimentos. O nosso lugar é na linha de frente para, a partir do eixo político que já unifica o movimento das ruas - Fora FHC, Fora FMI -, tirar o Brasil da encalacrada da crise e construir a alternativa democrático-popular.

Um partido de massas e de militância. Que disputa eleições e conquista mandatos para colocá-los à serviço da luta pela transformação social. Um partido que sabe de onde vem o brilho da sua estrela e, inclusive, o seu crescimento eleitoral: da presença combativa de uma militância que atua nos movimentos sociais, sempre presente no cotidiano de lutas da população. Não queremos o gueto, desligado do movimento real, nem o partido meramente parlamentar, governado por notáveis. Queremos fortalecer o convívio plural, a livre manifestação das diferenças e uma democracia interna capaz de produzir, no entrechoque das idéias, a unidade de ação política do partido.

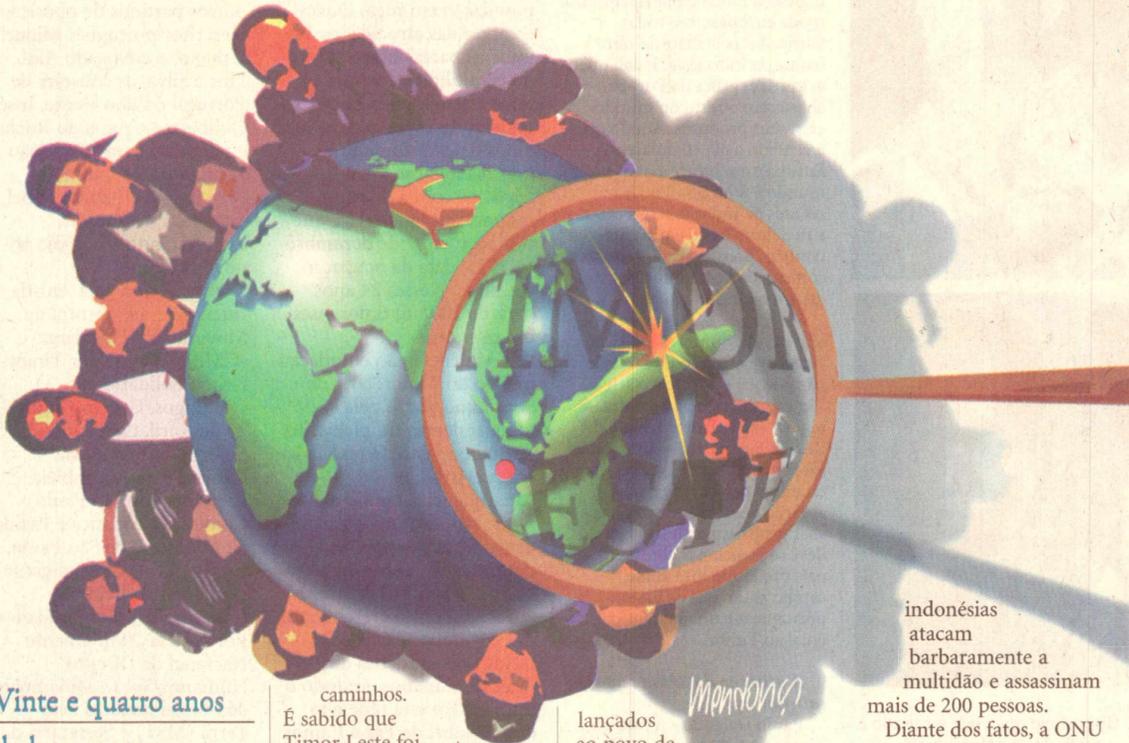
A candidatura do companheiro Milton Temer tem um significado mais amplo do que a legítima disputa interna. Ela está comprometida com a reafirmação do PT de lutas, democrático, socialista e de massas. Um partido de militantes e não de cabos eleitorais, núcleos fantasmas e filiados cartoriais, um tipo de prática atrasada dos partidos conservadores, fisiológicos e populistas que ameaça nos contaminar.

A candidatura de Milton Temer, e nós que a apoiamos, assumimos a luta que unifica todos aqueles que não querem ver o PT reduzido a um "mero partido da ordem", conformado e amesquinçado às disputas eleitorais".

PTnotícias	
Jornal de Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores	
PRESIDENTE NACIONAL DO PT José Dirceu	DIAGRAMAÇÃO Alexandre Machado
SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO Ozeas Duarte	ILUSTRAÇÕES Vicente Mendonça
JORNALISTA RESPONSÁVEL Rosana Ramos MTB 19131	SEDE Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP CEP 01019-000 Tel: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1349
REDAÇÃO Rosana Ramos, Fernanda Estima	e-mail: ptnot@pt.org.br Home page: www.pt.org.br Tiragem: 12.000 exemplares
ADMINISTRAÇÃO Ricardo Bimbo e Sonia M. N. Pedroso	Fotolitos e impressão: Artpress

TIMOR LESTE

SOLIDARIEDADE



Vinte e quatro anos de luta contra a ditadura indonésia e pela independência pareciam estar no fim para o povo de Timor Leste no mês passado.

O referendo que se realizou no dia 30 de agosto era a esperança de liberdade e cidadania, no entanto o que se constatou foi exatamente o contrário. A escolha de 78,5% dos timorenses pela independência teve como resposta o terror, centenas de mortes, deportações forçadas e o confinamento da população em verdadeiros campos de concentração no território. Nem mesmo religiosos e funcionários da Organização das Nações Unidas escaparam das garras assassinas das milícias e das Forças Armadas indonésias.

Para entendermos o que se passa atualmente em Timor Leste é preciso voltar um pouco no tempo e resgatar a história de luta e resistência do povo timorense que busca determinar seus próprios

caminhos. É sabido que Timor Leste foi colonizado por Portugal, que permaneceu até 1974 naquele território. Durante esse período a população resistiu ao colonialismo e várias rebeliões sangrentas ocorreram. Em 1960, a ONU reconhece Timor Leste como um território não autônomo sob a administração de Portugal. Após a "Revolução dos Cravos", em abril de 1974 em Portugal, inicia-se o processo de descolonização e independência de Timor Leste e de outras colônias, de uma forma geral. Os timorenses, que sempre fizeram oposição aos colonizadores portugueses, começam a se organizar partidaricamente. O choque entre os interesses dos neocolonialistas portugueses, do anexionismo indonésio e dos independentistas arrasta o território para uma guerra civil.

Vitoriosa, a Frente Revolucionária do Timor Leste Independente (Fretilin) declara a independência do país, criando, em 28 novembro de 1975, a República Democrática de Timor Leste. Nove dias depois a Indonésia invade Timor Leste e o integra aos seus territórios. Durante os cinco anos que se seguiram, severos ataques foram

lançados ao povo de Timor Leste. Calcula-se que a Indonésia tenha assassinado mais de 200 mil timorenses.

Em 1979 a Indonésia acreditava controlar todo o país e ter derrotado definitivamente a Fretilin. No entanto, inúmeros guerrilheiros liderados pelo símbolo da resistência timorense, Xanana Gusmão, retomam suas ações das montanhas de Timor. Organizados nas Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste (Falintil), os combatentes ampliam suas operações e a guerrilha cria ligações estratégicas com as povoações, resistindo a inúmeros ataques da ditadura Indonésia.

Massacre denunciado

Mas a luta do povo de Timor só toma proporções mundiais com as imagens, veiculadas pela imprensa, sobre o massacre no cemitério de Santa Cruz, ocorrido no dia 12 de novembro de 1991, quando os populares faziam uma manifestação na saída de uma missa em memória de um estudante morto pela ditadura. As tropas

indonésias atacam barbaramente a multidão e assassinam mais de 200 pessoas.

Diante dos fatos, a ONU é levada a dar início a uma consulta aos líderes timorenses, especialmente Xanana Gusmão, no sentido de participar das conversações entre Portugal e Indonésia, em dezembro de 1992. No entanto, no dia 20 de novembro, Xanana Gusmão foi capturado pelas Forças Armadas indonésias. Apesar de sua captura, a luta de resistência continua contra as atrocidades das Forças Armadas indonésias, seja no interior do território pelos guerrilheiros ou pelos timorenses no exílio. Num reconhecimento ao povo de Timor Leste, o Comitê do Nobel da Paz atribui esse prêmio ao Bispo de Díli, Dom Carlos Ximenes Belo, e a Ramos Horta, na época representante de Xanana Gusmão no exterior.

Em maio do ano passado a crise econômica e a mobilização popular derrubam o ditador Suharto. Começam as negociações com o recém instalado governo da Indonésia que promete retirar as Forças Armadas de Timor Leste. O presidente fala de "autonomia" e a ONU fica responsável para elaborar o seu estatuto. Ao mesmo tempo, as milícias em Timor Leste intensificam sua atuação. Elas são a recriação de grupos paramilitares instituídos pelo próprio Estado indonésio para combater as Falintil e espalhar o terror. Segundo a representação da resistência timorense em Portugal, as milícias são uma invenção do exército indonésio e o seu número é praticamente impossível de ser definido.

No início deste ano, os negociadores estudaram uma forma de consultar os timorenses quanto à sua "autonomia". Apesar da Indonésia não aceitar esta consulta direta e geral, tudo vai nesta direção e culmina, em 5 de maio, com a assinatura de um acordo entre Portugal e Indonésia que inclui esse processo de consulta. A ONU envia uma missão para Timor Leste (Unamet) com o objetivo de organizar e conduzi-la.

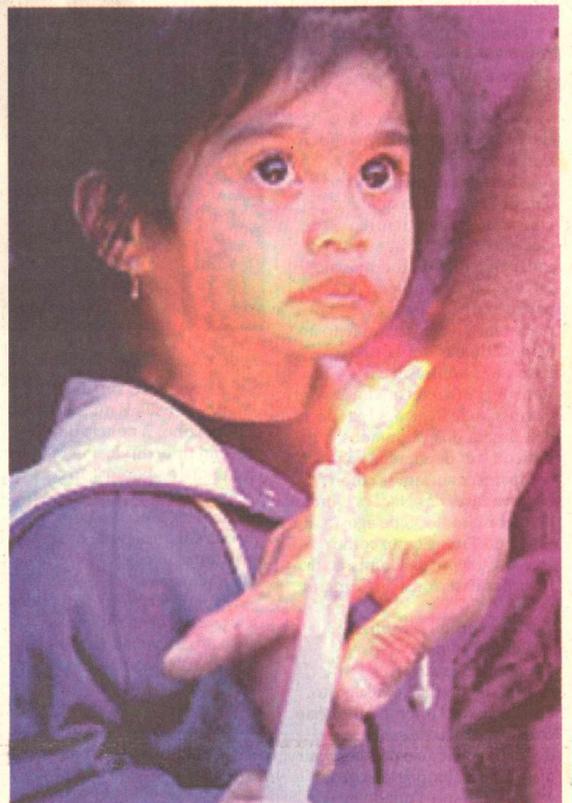
Plebiscito

No entanto, continua a ação das milícias com a convivência descarada das

Forças Armadas indonésias, que possuem um efetivo de 25 mil homens espalhados por todo território de Timor Leste. O clima de terror aumenta, mas mesmo assim os timorenses mostram-se corajosos e cadastram-se em massa para a consulta que se realizou no dia 30 de agosto com a participação de 98,6% dos eleitores. Ao anúncio do resultado, quatro dias depois, e à alegria de timorenses e amigos pela

Intervenção humanitária

A situação em Timor Leste continua gravíssima. Assassinatos brutais, mulheres violadas, pessoas morrendo de fome são



vitória da independência, segue-se o pânico e a tristeza. As milícias acirram sua ação no território cometendo vários assassinatos, incendiando casas e edifícios públicos e forçando as populações a refugiarem-se. Os funcionários da Unamet são confinados em seu escritório e os jornalistas estrangeiros são expulsos. Religiosos são brutalmente executados. Os números das atrocidades ainda são desconhecidos. Os que circulam na imprensa portuguesa rondam os sete mil mortos, de acordo com a igreja católica são 20 mil os mortos e a resistência timorense fala em um número de assassinatos que varia de 5 a 12 mil e 120 mil deslocados de suas casas. Conforme informações da representação da resistência timorense em Portugal, as forças militares indonésias pretendem realizar uma "limpeza política onde ficariam apenas 10% da população, apenas aqueles que defendem a integração". Além do massacre, a Indonésia pretendia provocar, com a ação das milícias e militares, a reação dos timorenses, em especial das Falintil, a fim de criar as

marcas constantes no cotidiano de Timor Leste. É fundamental que as Forças Multinacionais de Paz intervenham de imediato em Timor Leste de modo que os opressores se retirem do território e sejam criadas as condições mínimas necessárias para que os timorenses façam valer a sua vontade de independência, claramente expressa na consulta popular do dia 30 de agosto.

A mobilização dos petistas e de todos os cidadãos de bem deve ter como propósito pressionar o governo brasileiro a tomar medidas mais enérgicas junto às organizações internacionais para pôr fim aos desmandos da Indonésia com a retirada imediata de suas tropas de Timor Leste; para a implementação urgente de ajudas humanitárias e para a instalação de um tribunal internacional que apure e julgue os responsáveis pelos massacres.

Núcleo do PT Lisboa (Portugal), especial para o PT notícias

ONU deve deter massacre em Timor Leste

A Liderança do PT na Câmara dos Deputados divulgou no último dia 10 de setembro esta nota sobre o massacre em Timor Leste

O PT acompanha com angústia e indignação o massacre do povo de Timor Leste, iniciado logo depois que um plebiscito organizado pela ONU revelou a vontade da esmagadora maioria daquele povo de se ver livre da ocupação indonésia, que já dura 24 anos. Esse massacre, de um povo que fala a língua portuguesa e pratica a religião católica, levado a efeito com a complacência, se não com o apoio efetivo, da Indonésia, merece a condenação mais enérgica de todos os democratas.

A bancada do Partido dos Trabalhadores, através do deputado Paulo Delgado (PT-MG), esteve presente em Timor Leste durante a realização do plebiscito e testemunhou o horror dos crimes praticados naquele país. Desde então, a situação tem piorado. Inclusive o bispo de Díli, dom Carlos Ximenes Belo, prêmio Nobel da Paz, teve que se refugiar na Austrália em função da absoluta falta de segurança, já que sua residência foi atacada.

Diante desse quadro, a bancada do PT conclama a

ONU a assumir suas responsabilidades nesse episódio trágico. E chama o governo brasileiro a atuar, juntamente com outras nações concernidas, como Portugal, Austrália e Nova Zelândia, na busca de uma solução urgente, que pode chegar até ao envio de tropas. A bancada também orienta seus parlamentares a participarem de manifestações destinadas a chamar a atenção da opinião pública para o crime que está sendo praticado pela Indonésia contra o povo de Timor Leste.

Basta de violência no Timor Leste

Use a internet para repudiar a matança de inocentes que está acontecendo em Timor Leste assinando o PROTESTE no endereço: <http://www.tsf.pt/timor/timor.html>



TIMOR LESTE

O Brasil pode constituir uma força de paz

Fotos: WEB

O deputado federal Paulo Delgado (PT-MG) acompanhou, como observador das Nações Unidas, a realização do plebiscito em Timor Leste e relatou em entrevista ao Informes (boletim diário da bancada do PT na Câmara dos Deputados) a situação do país.

Como foi organizada a comissão que esteve no Timor Leste e da qual o senhor participou?

Paulo Delgado - Por decisão das Nações Unidas, com o apoio da Indonésia e Portugal, foi organizado um plebiscito no Timor Leste com o objetivo de consultar o povo timorense se eles queriam se tornar independentes da Indonésia. A ONU convidou observadores para acompanhar esse plebiscito. O convite foi feito ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e o Itamaraty enviou convite à Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, que indicou três deputados para comparecer ao Timor como observadores das Nações Unidas do plebiscito de 30 de agosto. Eu estive no Timor Leste como vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

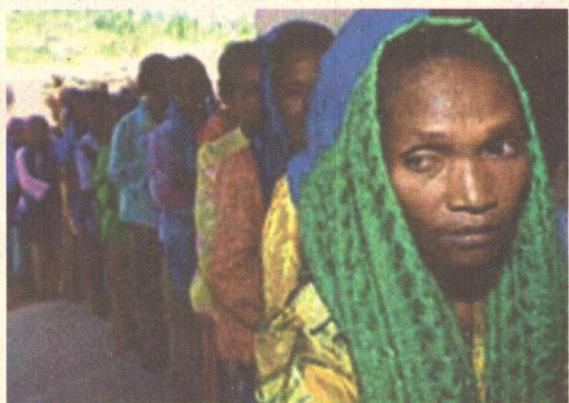
Como atuou a comissão?

Paulo Delgado - Nós chegamos a Jacarta, na Indonésia, no dia 26 de agosto. Fomos ao Parlamento indonésio com o objetivo de saber se os deputados daquele país estavam dispostos a cumprir o acordo estabelecido no Tratado de Nova Iorque, assinado em 5 de maio deste ano pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, pelo ministro das Relações Exteriores de Portugal e pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan. Esse tratado convocava o plebiscito, e um dos dispositivos dizia que, uma vez consultado o povo e saindo o resultado favorável à independência, o Congresso Nacional da Indonésia revogaria o ato de anexação do Timor Leste, feita em 1976. Estivemos com a direção da Câmara dos Deputados da Indonésia, e eles nos garantiram que iam cumprir o resultado do plebiscito; talvez não estivessem seguros da derrota que a Indonésia iria sofrer mais tarde no plebiscito.

Visitamos também na prisão, em Jacarta, o maior líder da independência do Timor Leste, Xanana Gusmão. Estivemos com ele e conversamos longamente sobre a identidade do Timor e do Brasil. Também conversamos sobre a possibilidade de o Brasil apoiar a independência do Timor Leste e participar de uma reunião mundial de doadores de recursos para a reconstrução do país, que vai ocorrer em novembro ou dezembro deste ano, tão logo se mude o estatuto do Timor Leste para país independente. Xanana Gusmão estava absolutamente convencido, cinco dias antes do plebiscito, que o resultado seria amplamente favorável à independência, como de fato ocorreu. Em seguida fomos ao Timor, para Dili, capital, onde permanecemos cinco dias.

Como agem as milícias?

Paulo Delgado - Nós chegamos a encontrar em Dili umas três vezes com um dos principais nomes das milícias, chamado Gutierrez. As milícias atuam abertamente na rua. Elas têm poder de polícia, fazem detenções arbitrárias, fazem execuções extrajudiciais. Eles andam fortemente armados, com metralhadora, fuzil. Andam de camisa preta, com o nome da milícia escrito, em bandos de 30, 40, 50 pessoas. Quando vão para o ataque em algumas regiões, usam



caminhões e saem ostensivamente, com a polícia observando. Duas ou três vezes denunciamos à polícia que estavam impedindo a livre circulação da população para votar. Tanto a polícia como o Exército da Indonésia nos afirmaram que aquilo era manifestação dos integracionistas.

No aeroporto eles têm poder de *check-in*, de autorizar as pessoas para viajar, entrar e sair do país. Têm poder de polícia. Eles fecham o comércio, invadem bairros, botam fogo nas casas. Chegaram a invadir a casa de dom Carlos Ximenes Belo, prêmio nobel da Paz e arcebispo de Dili. O povo procura proteção na Igreja Católica. Noventa por cento da população do Timor Leste é católica, ao contrário da Indonésia, que é 90% muçulmana.

Há respaldo legal para o envio de tropas ao Timor?

Paulo Delgado - São três os motivos que demonstram que a ONU tem competência e possibilidade de enviar tropas ao Timor. Primeiro, há um relatório feito por uma missão especial da ONU que esteve no Timor em 1991, após o massacre do Cemitério de Santa Cruz, denunciando que o desrespeito aos direitos humanos no Timor Leste era cotidiano. O segundo motivo é que o estatuto da ONU admite a intervenção militar nas regiões onde haja nacionais de outros países que tenham sua vida ameaçada. No Timor Leste tem australianos, portugueses, brasileiros e holandeses. Como a polícia do Timor não consegue protegê-los, a ONU tem que fazer esse papel. O terceiro

dispositivo que pode ser usado é a partir do que foi feito no Kosovo. A CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) pode virar a Otan do Timor Leste.

A partir da CPLP, o Brasil, o maior país de língua portuguesa e que neste momento ocupa uma das vagas rotativas do Conselho de Segurança da ONU, pode exigir a formação de uma força de paz para que os boinas azuis possam entrar no Timor para evitar o genocídio, proteger brasileiros e assegurar a autonomia de um povo irmão, que fala a nossa língua.

O senhor acredita que Jacarta planeja realmente respeitar o resultado do plebiscito?

Paulo Delgado - Pelo Acordo de Nova Iorque, a Indonésia é obrigada a aceitar. Não é possível que as Nações Unidas não estejam conversando com a Indonésia a partir do que foi escrito pela própria Indonésia. E uma nação que desrespeita um estatuto internacional mediado pelas Nações Unidas não pode fazer parte do conselho das Nações Unidas. A contradição que eu vejo é que há interesses pendentes e interesses contraditórios que fazem do Timor uma região abandonada pelas Nações Unidas. A ONU é tolerante com a Europa, mas é indiferente com a Ásia por causa dos conflitos de interesses que estão hoje relacionados com a questão do Timor.

O Timor Leste é um país de língua portuguesa na entrada do Sudeste da Ásia, onde está o Vietnã, Cingapura, Malásia. A Austrália está mais abaixo. É por ali que se chega ao Japão, China e Índia. Na verdade, preservar as

relações com a Indonésia é hoje uma questão prioritária para os cinco membros do Conselho de Segurança da ONU.

Depois há outra contradição: a moda francesa, a moda inglesa, a moda italiana, enfim, a moda europeia, são todas fabricadas pela mão-de-obra barata da Indonésia. É dali que as grandes grifes da Europa abastecem o resto do mundo com seus produtos. Aquilo que é vendido a 30, 40 dólares na Europa e em outros países do mundo é feito por 2 ou 3 dólares na Indonésia. A França e a Inglaterra estão em silêncio também porque têm interesses comerciais e econômicos fortes dentro da Indonésia.

A Rússia e a China também têm os seus "timores". A China veta a organização da força de paz porque o Tibete é o seu Timor. A Chechênia e outras regiões são o Timor Leste da Rússia. Eles não vão autorizar a força de paz porque senão criariam o precedente para a atuação das forças de paz nas suas próprias nações. O Brasil deve se posicionar como um país predominantemente católico, um país de língua portuguesa e um país agrícola, igual ao Timor.

A atuação do Brasil tem sido satisfatória?

Paulo Delgado - A luta do Timor Leste começou no Brasil por organizações não-governamentais, por movimentos de direitos civis e de direitos humanos. O governo nunca esteve na vanguarda. Eu não digo só esse governo, mas os governos brasileiros. Desde 1975 nunca esteve na vanguarda do processo de independência do Timor, que se iniciou em 1960 e culminou com a saída de Portugal em 1975. A sociedade brasileira é que vem se manifestando através de movimentos da sociedade civil.

É bom que se diga que nos conselhos da ONU o Brasil sempre votou com a posição mais favorável ao Timor. O Brasil nunca votou pró-Indonésia na questão do Timor Leste nas Nações Unidas desde 1975. Inclusive, condenou a invasão ao país naquele ano. Ao contrário da Austrália, que apoiou a Indonésia, mas menos que Portugal, que rompeu ligações com Jacarta.

O interesse da Indonésia no Timor Leste é só estratégico ou o país é rico em recursos naturais?

Paulo Delgado - Eu acho que a Indonésia quer permanecer no Timor primeiro porque o arquipélago indonésio tem quase que em torno de 15 mil ilhas. Vinte e seis delas são centrais, com sedes administrativas de governo, entre elas, Java, a ilha onde está Jacarta, Bali, Timor. São 26 províncias administrativas. Timor é considerado a 27ª província da Indonésia, embora contestada pelas Nações Unidas. *A íntegra da entrevista pode ser lida na página da Liderança no endereço: www.liderancadot.org.br ou www.informes.org.br*

Timor Leste: Solidariedade Já!

As imagens que nos chegam do Timor Leste são de um país em ruínas e uma população em fuga. Quem escapou das atrocidades das milícias paramilitares, tem no caminho as doenças, a fome e a sede. O genocídio poderia ser evitado, mas os olhos da comunidade internacional só viam os negócios com a ditadura indonésia. O massacre, que começou em 7 de dezembro de 1975, data da ocupação, continua. Nesses 24 anos mais de 200 mil timorenses foram mortos.

A violência não emudeceu o povo do Timor. 80% da população votou pela independência no plebiscito de 30 de agosto. O resultado era previsível, as consequências também. Mas, o que significa um pequeno país para as grandes potências? O Timor Leste só passou a "existir" para esses governos com o crescimento da rede de solidariedade tecida por entidades de direitos humanos em todo o mundo. Foi esta rede que deu o Nobel da Paz a Ramos Horta e ao Bispo Ximenes Belo; que fez o mundo conhecer Xanana Gusmão, líder do Conselho Nacional de Resistência Timorense, hoje asilado na embaixada inglesa na Indonésia.

Essa rede chegou ao Brasil. Foi ela que fez o legislativo municipal, em 7 de dezembro de 98, homenagear Xanana Gusmão com o título de Cidadão Paulistano, aprovando um projeto do nosso mandato.

No último dia 13 de setembro essa solidariedade se fez presente mais uma vez. Militantes de movimentos

populares e de entidades de direitos humanos, parlamentares do PT e de outros partidos de oposição, o escritor português Miguel Urbano, o advogado Aldo Lins e Silva, os cônsules de Portugal e Cabo Verde, José Guilherme e Agnaldo Rocha; e religiosos como Frei João Xerri, o padre indonésio Fernando e o Rabino Sobel, estiveram na Câmara manifestando seu apoio ao povo do Timor.

Organizado pela Anistia Internacional, Central de Movimentos Populares (CMP), Clamor por Timor, Grupo Solidário São Domingos, Centro Cultural 25 de Abril, Comissões de Direitos Humanos da Câmara e da Assembléia Legislativa de São Paulo, Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, Comitê de Apoio Coligação Democrática Unitária, Conselho das Comunidades Portuguesas, Movimento Nacional de Direitos Humanos/Sul I, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Secretaria de Relações Internacionais do PT, o ato teve entre seus objetivos pressionar o governo FHC a exigir da ONU o envio imediato de tropas de paz para aquele país; e mostrar que são muitos os brasileiros que apóiam o povo timorense. Que esta solidariedade se multiplique!

Ítalo Cardoso é vereador (PT/SP) e presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo

Mulheres indonésias se manifestam contra o massacre no Timor Leste

No último dia 10 de setembro mulheres indonésias entregaram ao chefe das Forças Armadas, general Wiranto, declaração contra a violência da Indonésia praticada no Timor Leste.

"Declaração da Organização "Mães e Mulheres da Indonésia"

(Kaum Ibu dan Seluruh Perempuan Indonesia/Seruni)

Para o General Wiranto, Ministro da Defesa e Comandante Chefe do Exército da Indonésia

Tendo em vista o contínuo derramamento de sangue em Timor Leste, nós, mulheres da Indonésia, declaramos que:

1. Sentimos vergonha de ser parte de uma nação que agora é conhecida como "nação bárbara", por permitir a continuação das mortes, assassinatos, estupros e tortura de outros seres humanos.

2. Sentimos tristeza porque os filhos e filhas desta nação, a quem nós demos à luz, se tornaram assassinos de outros seres humanos e causaram sofrimentos indizíveis às famílias das vítimas dessa violência.

3. Sentimos preocupação com o crescente número de forças militares indonésias enviadas para a região de Timor Leste e com a imposição da lei marcial como solução para o conflito. A presença dos militares agrava a situação de conflito e cria mais violência.

Pelo amor às vidas humanas, onde quer que estejam, pelo amor à verdadeira paz em Timor Leste e pelo amor à nação Indonésia, nós, mulheres da Indonésia, exigimos que o governo da Indonésia, e todos os membros das Forças Armadas, de todos os níveis:

- Assumam a responsabilidade e acabem imediatamente com todos os atos de violência em Timor Leste, Aceh, Ambon e Irian (Nova Guiné Ocidental);
- Retirem todos os membros do exército indonésio enviados para acabar com o conflito nessas regiões;
- Respeitem a decisão do povo e os direitos humanos na busca de soluções para os conflitos;
- Dêem proteção às pessoas que buscam refúgio, 90% das quais são mulheres e crianças, e devolvam seu direito de viver em paz e dignidade como uma nação civilizada.

Exortamos todas as mulheres, membros do Dharma Pertiwi, a se unirem a outras mulheres da Indonésia para exigir o fim de todas as formas de violência que está ocorrendo em diferentes regiões de conflito.

Manifestações no Brasil...

Brasília. No dia 10 de setembro, manifestantes do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, do Sindicato dos Bancários, do PT e do MST fizeram um protesto em frente a Embaixada da Indonésia, em Brasília, contra a violência em Timor.

Censura contra a Indonésia. O plenário do Senado aprovou, no dia 20 de setembro, em caráter de urgência, o requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) propondo ao Ministério das Relações Exteriores moção de censura contra o governo da Indonésia devido à violência praticada no Timor Leste. Para Viana, a ONU tem responsabilidade sobre o que está acontecendo no Timor Leste. Segundo ele, a ONU não se sensibilizou com os alertas que recebeu sobre a violência



que se praticaria ali. "A tragédia anunciada de um genocídio sem proporções parece que não foi capaz de comover a ONU".

Fernando Pessoa, por Suplicy. Ainda na sessão do dia 20, o Senado aprovou outro requerimento - do

senador Eduardo Suplicy (PT-SP) - que pede a manifestação oficial do Senado em solidariedade ao povo do Timor Leste, que está sendo vítima da violência das milícias paramilitares. Suplicy baseou-se em carta endereçada ao presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, pelo presidente da Assembléia Portuguesa, Antônio de Almeida Santos, em que este pede que o Senado brasileiro posicione-se diante da comunidade internacional e totalmente favorável à população timorense. Suplicy leu texto do poeta português Fernando Pessoa para justificar a necessidade de os povos de língua portuguesa se unirem em defesa do Timor.

ÁREA INDÍGENA



Proposta de Emenda à Constituição, no Senado, propõe alterações em artigos referentes às populações indígenas, demarcação de terras e meio ambiente. Se for aprovada, a proposta passa atribuições que atualmente são da União, para o Senado Federal e pode limitar em 30% as áreas destinadas à preservação ambiental e às comunidades indígenas.

Temos cobrado sistematicamente uma solução imediata para o problema da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, onde vivem os povos indígenas Ingariçó, Macuxi, Taurepang e Wapixana. Enviamos - com o apoio dos senadores do Bloco de Oposição - uma carta a FHC solicitando providências no sentido de resolver definitivamente a questão. Ainda no primeiro semestre, em reunião, líderes indígenas de Roraima pediram apoio para garantir a demarcação integral das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, conforme prevê a Portaria nº 820/98, do Ministério da Justiça.

A situação na Raposa Serra do Sol agravou-se após o governo de Roraima impetrar na Justiça um mandado de segurança contra a Portaria 820/98. A Justiça expediu liminar suspendendo, temporariamente, a demarcação das terras indígenas. A demarcação foi suspensa devido às

Líderes indígenas de Roraima pediram apoio para garantir a demarcação integral das terras

articulações de setores produtivos e políticos de Roraima. Além da demarcação, cobramos, em carta a FHC, que o governo federal adote providências imediatas para a homologação, em caráter definitivo, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua, beneficiando cerca de 104 comunidades indígenas.

A demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol é fundamental para a sobrevivência dos povos indígenas, que têm sua cultura e atividades produtivas cercadas pela intromissão de agricultores e fazendeiros que há

anos invadem as terras tradicionalmente ocupadas por eles, desrespeitando direitos amplamente preconizados na Constituição Federal. Os desmandos e a impunidade têm levado a conflitos e violências, que já vitimaram dezenas de indígenas ao longo dessa luta que já dura trinta anos.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) respondeu carta enviada pelo nosso gabinete ao presidente da República. Em ofício, o Diretor de Assuntos Fundiários da Funai, Áureo Araújo Faleiros, confessa que a Funai e o próprio Ministério da Justiça estão com dificuldades para homologar a Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Segundo Faleiros, essa dificuldade é consequência da liminar, expedida pelo juiz Aldair Passarinho Júnior, do Superior Tribunal de Justiça, despachando mandado de segurança nº 6.210-DF que suspendeu os efeitos da Portaria nº 820, no que se refere aos "núcleos urbanos e rurais já concluídos até

sua edição no Diário Oficial da União, em 14.12.98".

Outra manobra para impedir a demarcação e homologação da Terra Indígena veio por meio do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que apresentou o Projeto de Decreto Legislativo nº 106/99, que "susta a Portaria do Ministério da Justiça nº 820, de 11 de dezembro de 1998, que declara de posse permanente dos índios a Terra Indígena Raposa Serra do Sol".

Mas a manobra não deve prosperar. Como relator da

A demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol é fundamental para a sobrevivência dos povos indígenas

Os desmandos e a impunidade têm levado a conflitos e violências que já vitimaram dezenas de indígenas

matéria na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, envidaremos todos os esforços para impedir que os povos indígenas de Roraima sejam, mais uma vez, prejudicados pelos interesses de grandes grupos políticos e econômicos. Temos inclusive mantido contato com as comunidades indígenas da região, particularmente com o Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Tião Viana é senador (PT/AC)

SEMI-ÁRIDO



Acompanho de perto as mazelas sociais provocadas pelo fenômeno da seca. Quem não se compadece com o sofrimento dos personagens de "O Quinze", de Raquel de Queiroz? Quem sabe o que é morrer de fome porque falta o plantio e ver suas crianças "desaparecendo" à míngua, vítimas da desnutrição?

A realidade de nossa gente deixa marcas de exclusão e abandono

Enquanto os jornais e as televisões se comprazem em criar ídolos sexuais, dedicando-lhes um espaço excessivo e maçante, a imagem paradisíaca do Brasil fica confinada à telinha mágica. Do lado de cá, a realidade de nossa gente deixa marcas de exclusão e abandono. São 500 anos de brasilidade e luta. Garantir o mínimo de dignidade à família tornou-se uma verdadeira odisséia. No Nordeste, o fenômeno da seca e a omissão do governo agrava ainda mais essa realidade.

Costumo causar espanto quando digo que o problema da seca no Nordeste não é a falta de água, mas a má captação e distribuição da água da chuva. Preocupado com esse problema, dei entrada, na Câmara, ao projeto de lei 1.114/99, que institui o "Programa Permanente de Convivência com o Semi-árido". Ao mesmo tempo, apresentei uma emenda substitutiva à Medida Provisória 1825/99, do Executivo, que trata das novas atribuições do Departamento de Obras

Contra a Seca (Dnocs). Essa emenda incorpora ao papel do Dnocs as ações do programa.

O projeto 1.114/99 propõe pequenas obras e medidas alternativas para captação e armazenamento de água na região. Uma alternativa é a utilização de aproximadamente dez mil microbacias para melhor aproveitamento da água. A experiência seria levada, inicialmente, para 11 Estados, beneficiando mais de 2 milhões de famílias em 1400 municípios. Em cada microbacia, é possível viabilizar a perenização dos rios e riachos com pequenas e médias barragens. Outra medida viável é o plantio de frutas e animais também resistentes ao clima do semi-árido.

O projeto institui também a Bolsa-Escola, a Bolsa-Produção e o Fundo Municipal e Estadual de Renda e Desenvolvimento do Semi-árido. O governo federal investiria cerca de 1,5 bilhão de dólares em educação, capacitação profissional e ações permanentes de convivência com o semi-árido. Este valor equivale ao montante de recursos gastos somente no período de maio/98 a abril/99 com cestas básicas, carros pipas e outras ações emergenciais que servem apenas de paliativo para o problema na região.

A proposta prevê que, de forma permanente e planejada - e em valores

decrecentes - o governo federal gaste R\$ 750 milhões no décimo ano de instalação do programa. Isso irá beneficiar, diretamente, 1,4 milhão de famílias do meio rural; 14 mil Agentes de Desenvolvimento do semi-árido, cuja função é introduzir uma nova cultura para convivência com a seca; e mais de 12 milhões de pessoas treinadas em novas tecnologias que permitam uma salutar convivência com o semi-árido. Outra vantagem é a erradicação do analfabetismo entre os adultos, cujo programa atingiria cerca de 1.400 municípios. A maioria dos recursos previstos no projeto são de fontes já existentes, como Fundo de Amparo ao Trabalhador, Programa de Renda Mínima, Pró-Água, Comunidade Solidária e outros.

O governo precisa incentivar o devido armazenamento da água da chuva. Mesmo com a seca,

A idéia é garantir água suficiente para o consumo humano, para os animais e as plantações

Costumo causar espanto quando digo que o problema da seca no Nordeste não é a falta de água, mas a má captação e distribuição da água da chuva

chove 700 bilhões m3 de água por ano na região do semi-árido. Isso equivale a cinco vezes todo o volume de água que temos armazenado no solo e subsolo brasileiros. 90% deste volume desaparece com a evaporação, que consome, diariamente, 7 litros de água por metro quadrado. Apenas 10% são aproveitados pelos rios, lagos, subsolo e para o consumo de plantas e animais. É preciso introduzir novas culturas para melhor captação e armazenamento da água de chuvas (através de cisternas, lagos de uso múltiplo, etc) dos riachos, poços e, especialmente, da água do subsolo.

É chegada a hora de o

governo abandonar o famoso "jeitinho", substituindo as ações paliativas por medidas permanentes. Com esse intuito, encaminhei uma carta ao presidente FHC alertando para uma nova grande seca que o Brasil deverá sofrer já a partir do ano 2000. O alerta é do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). O governo foi avisado e, até agora, nenhuma medida concreta foi tomada.

Muitos técnicos preferem apegar-se à idéia errônea de que as secas não são previsíveis e que o governo, por essa razão, não pode agir com antecedência. Ora, estudos meteorológicos aceitos pelo Inmet comprovam que o ciclo da seca ocorre a cada 13 anos, aproximadamente, e com um período mais longo e de abrangência maior a cada 26 anos.

Chega de paliativos. O governo precisa atacar, pela raiz, os verdadeiros problemas da sociedade brasileira. Vamos multiplicar a água do sertão, transformando o semi-árido brasileiro em hortas abundantes e férteis. As soluções existem e já foram apontadas. Mais caro do que fazer é o preço de não fazer.

Wellington Dias é deputado federal (PT-PI)

CINEMA

Dois Córregos

Brasil do Plano Real: propala-se a idéia do "renascimento" do cinema nacional, do fim definitivo da maldição histórica que o cobria. Final de 1999: o plano real já fez água e o tal Renascimento do cinema brasileiro demonstrou não ter passado de mais um dos tantos ciclos que já ocorreram, sem dúvida de grande qualidade, mas provisório.

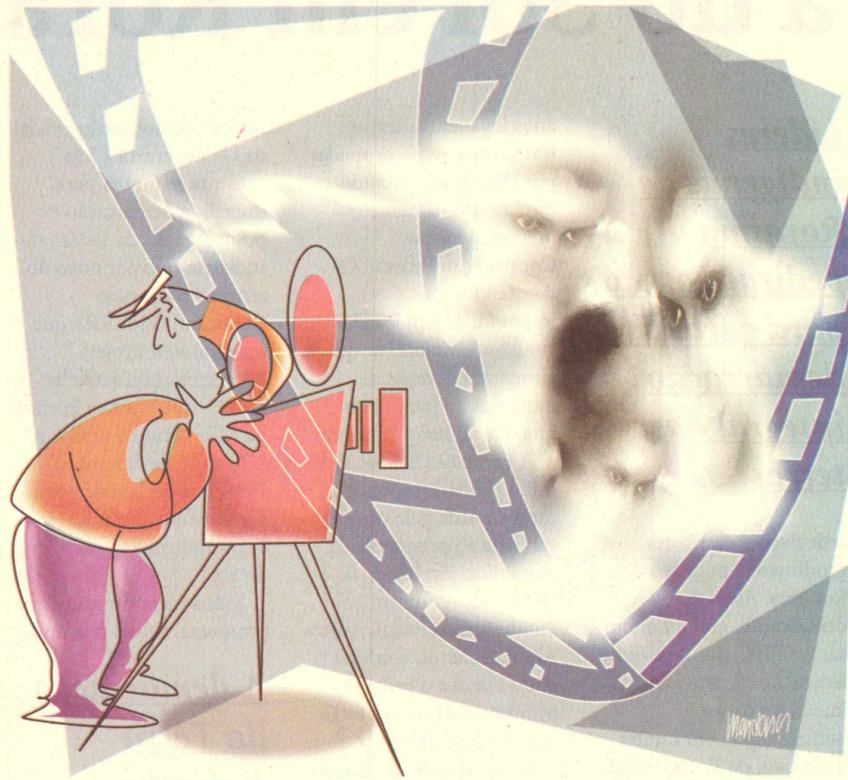
As leis de audiovisual, que avizinham seu final, já não atraem investidores para o cinema, e as produções já começam a cair em número.

Fica, entretanto, uma valiosa lição: não adianta só incentivar longas-metragens, ignorando produções criativas e inovadoras como curtas-metragens, não adianta só permitir que "cartas marcadas" façam cinema, não é eficaz proteger a produção e esquecer as demais fases, como pré-produção (elaboração de roteiro, concepção de projeto) e comercialização (distribuição, marketing e exibição) do filme.

E, por derradeiro: não adianta fazer um cinema que não respeite as nossas dimensões culturais e artísticas, pois só isto conseguirá quebrar as barreiras de distribuição e exibição, viciadas e tomadas por *blockbusters*, como *Titanic* e tantos outros.

Aqui poderia ser citado enorme número de produções brasileiras que não se pagaram, que não ficaram mais de uma semana em cartaz e em apenas uma sala a que não permitiu, sequer, o tempo da famosa propaganda de boca do público.

Isto é uma regra inexorável? Pode-se afirmar que sim, com exceções gloriosas em sua história, como é o caso do cineasta Carlos Reichenbach, agora em cartaz com o filme "Dois



Córregos".

Carlos Reichenbach é um diretor de uma filmografia bastante respeitável, tanto do ponto de vista da qualidade quanto do ponto de vista da quantidade.

Realizando filmes desde a década de 60, inaugurou na década de 70, junto com outros, o Cinema Marginal feito na Boca do Lixo, de extrema criatividade e baixo orçamento.

Ademais, é um autor de profundo conhecimento cinematográfico, que namora com várias linguagens, tais como quadros, música, pintura, filmes B...

Ou seja, é no mínimo uma experiência curiosa assistir a seus filmes, sempre recompensadora.

Dois Córregos pode ser chamado de um filme "comportado" frente aos demais de Reichenbach. Apesar dos elementos comuns que caracterizam

um traço autoral, possui um erotismo mais contido, uma visão menos ácida, uma ação mais lenta, menos experimental.

Ideologicamente, ainda não é o filme que esperamos sobre o período da ditadura.

Todavia, este é um filme bastante agradável como experiência autocontida, com uma característica de intimismo lírico, de reflexo atemporal sobre um tempo.

A interpretação dos atores surpreende, o que mostra, em grande parte, a indubitável perícia e sensibilidade do diretor. A fotografia de Pedro Farkas e uma direção de arte cuidadosa também é um prazer à parte.

Se o roteiro não chega exatamente a surpreender (a adulta que retorna a um lugar e relembra um momento importante em seu passado) é, no entanto, muito bem articulado e seus personagens bem

construídos.

A história nos envolve: as três jovens que pela primeira vez sentem-se, de alguma forma, atingidas pela ditadura militar, que descobrem o encanto de um homem experiente, sensível, longe do estereótipo que possuíam do guerrilheiro. O guerreiro confuso, em crise de valores, convivendo com uma pesada culpa que, por sua vez, também se encanta com as três jovens mulheres.

O gosto amargo que fica, a não concessão do diretor ao *happy end* a que estamos viciados, que tanto desejamos, talvez seja porque esta história ainda não teve um final, ainda estamos na disputa pelo nosso tempo, pela construção histórica do País e, incluindo nesta, do cinema brasileiro.

Luciana Rodrigues
é cineasta

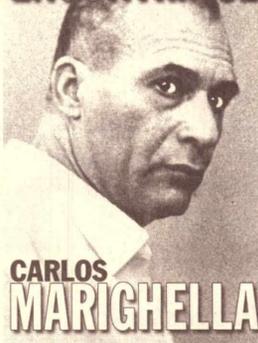
NOTAS

30 anos depois da morte de Marighella

Em 4 de novembro de 1969 era assassinado na Alameda Casa Branca, em São Paulo, Carlos Marighella. Em homenagem a sua vida e luta, será inaugurada exposição fotobiográfica "Encontra-se Carlos Marighella, 30 anos depois", no próximo dia 4 de outubro, a partir das 19h30, no Memorial da América Latina, em São Paulo. Na ocasião será lançado também o livro "Carlos Marighella - o homem por trás do mito", organizado por Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, 560 págs., Editora Unesp.

Além deste evento, durante os meses de outubro e novembro, estão previstas outras atividades com

ENCONTRA-SE

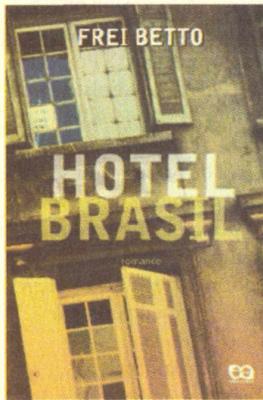


CARLOS MARIGHELLA

intuito de resgatar a história do país por meio da atuação desse líder revolucionário.

O Memorial da América Latina fica na avenida Auro Soares de Moura Andrade, 664 - Metrô Barra Funda - portão 5 (Galeria Marta Traba - Espaço II). A exposição poderá ser vista até o dia 4 de novembro.

Frei Betto lança "Hotel Brasil"



No quarto de um hotel, na Lapa, Rio de Janeiro, a polícia encontrou o cadáver de um homem assassinado por um instrumento perfurante. A cabeça estava separada do corpo. No entanto, nenhum sinal de violência ou roubo. Nenhuma porta havia sido arrombada, nenhuma janela forçada. Quem o matou? Por quê? Por que motivo o decapitaram?

Este é o tema de "Hotel Brasil", título do novo livro de Frei Betto, que a editora Ática fará chegar às livrarias na primeira semana de outubro. Trata-se de um romance policial, ambientado no bairro

da Lapa, no Rio. O clima de mistério que cerca o assassinato descrito no primeiro capítulo conduz o leitor ao mundo objetivo e subjetivo, com personagens como a cafetina Laurência, o travesti Diamante Negro, o jornalista Marcelo, o assessor político Pacheco, o editor Lassale, o sexobiologista Bramante, a antropóloga Mônica, o redator Cândido, a menina de rua Beatriz, e o gato Osiris, entre tantos outros que compõem o mosaico de um universo no qual se mesclam violência e ternura.

Desde que terminou seu romance sobre Jesus, "Entre todos os homens", em 1997 (que já se encontra na 6ª edição, e traduzido para o espanhol e o italiano), Frei Betto entregou-se à criação de Hotel Brasil, uma idéia que surgiu a partir de suas leituras de Edgar Allan Poe, Conan Doyle, Ellery Queen, Agatha Christie e Georges Simenon.

Hotel Brasil é um caleidoscópio do Brasil atual.

A publicação pode ser solicitada à Editora Ática pelo telefone (0XX11) 3346-3000 ou ainda pelo e-mail: editora@atica.com.br

Militante política desaparecida homenageada com nome de praça em São Paulo

Dia 11 de setembro foi inaugurada a praça Ísis Dias de Oliveira, denominação recém-aprovada pela Câmara Municipal de São Paulo para o logradouro localizado no Alto da Lapa, em São Paulo. Ísis foi estudante de Ciências Sociais da USP e militante da ALN. Presa pelo Exército no Rio de Janeiro, em 30 de janeiro de 1972, Ísis encontra-se desaparecida. Sua mãe, Felícia Mardini de Oliveira, continua lutando para esclarecer as circunstâncias do desaparecimento da filha, já que existem testemunhos de sua prisão e passagem por cárceres da ditadura militar.

Na ocasião, a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara lançou a publicação "Anistia - 20 Anos de Luta". A história da anistia, que abrange o período da ditadura militar, é contada desde a luta dos grupos de familiares atingidos pela prisões, torturas, desaparecimentos, banimentos e cassações, até a formação do Comitê Brasileiro pela Anistia. Nela também estão as leis, decretos, o quadro demonstrativo dos processos aprovados, e os não aprovados, pela Comissão Especial que trata das indenizações dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos.

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1 x R\$ 50,00 2 x R\$ 25,00

- Cobrança bancária
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores
 Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda
 São Paulo-SP - C/C nº 123456-0
 (envie xerox do comprovante)

Nome _____
 Endereço _____
 Profissão _____ Tel _____
 CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: Masculino Feminino
 Filiado ao PT: Sim Não

MORALIZAÇÃO

Para combater o Crime Eleitoral

O projeto de lei de combate à corrupção eleitoral de iniciativa de mais de 60 entidades populares e partidos de oposição, coordenado pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e que contou com o apoio de mais de 1,3 milhões de assinaturas de eleitores de todo o país, foi aprovado, no dia 21 de setembro, em votação simbólica pelo plenário da Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado. A decisão dos líderes dos partidos, que permitiram a aprovação do projeto depois de um prazo recorde de 42 dias de tramitação, é de todo louvável. Esta aprovação representa uma grande vitória da cidadania à favor da democracia. A voz do povo foi ouvida.

Um dos pontos que mais devemos ressaltar neste projeto é o fato de ele ter sido de iniciativa popular. Projetos dessa iniciativa têm muita

difficuldade em cumprir as normas exigidas pela Constituição. A proposta deve ter a assinatura de 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de 0,3% de eleitores de cada um deles.

O projeto de lei de combate à corrupção eleitoral determina que a compra de votos do eleitor (como doar, oferecer ou prometer dinheiro, ambulância, dentadura, bens ou vantagens pessoais, como emprego ou função pública em troca de voto) será considerado crime com implicações cíveis e penais por quem pratica, além de grave infração eleitoral. Ao contrário da morosidade que encontramos nos processos através do Código Eleitoral e do Código Penal, que levam meses, anos e até décadas para serem julgados (e até isto acontecer o candidato já se elegeu, e cumpriu muitos mandatos), os infratores

eleitorais são julgados em até 15 dias e podem ser cassados antes mesmo de eleitos, ainda como candidatos.

Em outras palavras, é um processo com rito sumário, que determina que crimes eleitorais têm de ser julgados imediatamente após a sua constatação, evitando a diplomação do candidato e impedindo, assim, que ele passe a gozar de imunidade parlamentar. O projeto prevê ainda a criação de um processo administrativo junto à Justiça Eleitoral, além de manter o julgamento do crime eleitoral na Justiça comum.

Para valer ainda nas eleições municipais do próximo ano, a proposta deverá ser sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e publicada no Diário Oficial até o dia 30 de setembro. É muito importante que este fato ocorra, já que no ano que vem teremos a primeira eleição municipal com reeleição. É uma verdadeira

"mão-na-roda" para os prefeitos atuais a prática deste tipo de crime para garantir suas reeleições. Em contrapartida, temos agora, com esta nova lei, um meio eficaz de inibir uma prática tão comum no processo eleitoral brasileiro.

Acredito que, com os instrumentos como a lei agora aprovada, o povo acorde e fique muito mais esperto. Que não se deixe enganar e valorize o seu voto. Ao mesmo tempo que denunciem à Justiça candidatos inescrupulosos que, muitas vezes, se aproveitando das dificuldades de alguns eleitores, insistem em praticar os crimes que a lei busca punir e erradicar das nossas eleições. É urgente que a peneira fique mais fina e que toda a sujeira e os crimes eleitorais sejam detectados e punidos, antes que seja tarde demais.

Iara Bernardi
é deputada federal (PT/SP)